



PLS

2024-2028

PLANO DE LOGÍSTICA ***SUSTENTÁVEL***

TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO NORTE



SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO CORREGEDOR

Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA

Tarcísio Costa

CONSELHEIRO OUVIDOR

Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Renato Costa Dias

CONSELHEIRA PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Antonio Ed Souza Santana

Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO GERAL

Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO

Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa

CONSULTORA GERAL

Andréa da Silveira Lima

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Teresa Cristina Dias Diógenes

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PROCURADOR-GERAL

Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES

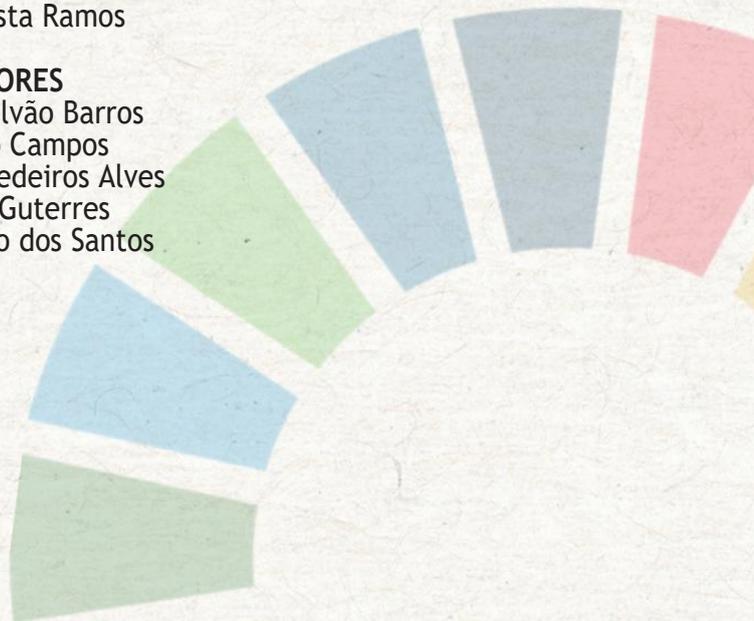
Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Thiago Martins Guterres

Ricart César Coelho dos Santos



Comissão Gestora do PLS TCE-RN
Portaria nº 123/2025-GP/TCE

REPRESENTANTE DO COLEGIADO
Cons Antônio Gilberto de Oliveira Jales

REPRESENTANTE DA COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE
Marília do Socorro da Cunha Lima

REPRESENTANTE DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA
Marise Magaly Queiroz Rocha

REPRESENTANTE DO CONTROLE EXTERNO
Thalita Souza Domotor Bezerra

REPRESENTANTE DO ORÇAMENTO E FINANÇAS
Taise Forte Dos Santos

REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Vanessa de Sousa Menezes Ubarana

REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS
Rocelly Dayane Teotonio da Cunha Souza

REPRESENTANTE DO PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA
Mirna Ayako Silva Maruoka

REPRESENTANTE DA ENGENHARIA
Flavio Grande Ramalho

REPRESENTANTE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Cláudio César Formiga Barbosa

REPRESENTANTE DA ESCOLA DE CONTAS
Ruth Lopes Rocha Diniz Nunes





ESCOLHA FAZER A LEITURA DESTE TRABALHO EM MÍDIA DIGITAL

A produção de uma tonelada de papel novo consome de 50 a 60 eucaliptos,
100 mil litros de água e 5 mil Kw/h de energia.



APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte apresenta à sociedade o seu Plano de Logística Sustentável para o período 2024-2028. A elaboração, aprovação e execução deste Plano oportuniza o desenvolvimento de novos projetos, aprimorando as práticas já adotadas atualmente na nossa instituição. Este reforça de maneira inteligente, oportuna e prática o comportamento e a incorporação de novos conceitos de sustentabilidade.

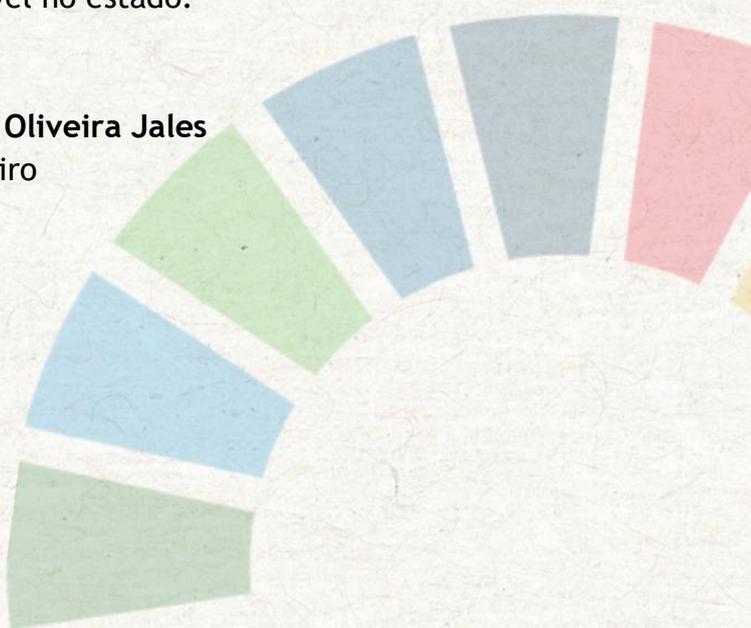
Objetivando, dessa forma, uma mudança comportamental e de cultura do seu público interno e externo, bem como fomentando essas mesmas práticas aos seus jurisdicionados.

Esse trabalho, com foco na sustentabilidade tem se mostrado eficiente, com atuação interdisciplinar e alinhado sempre às boas práticas propostas pela ONU, através da Agenda 2030, composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, ODS, a serem alcançados até o final deste período.

Compete à Comissão interna, bem como às unidades gestoras da instituição, o acompanhamento, monitoramento, avaliação periódica deste Plano. Compete também, se couber, propor e coordenar as revisões, quando necessárias.

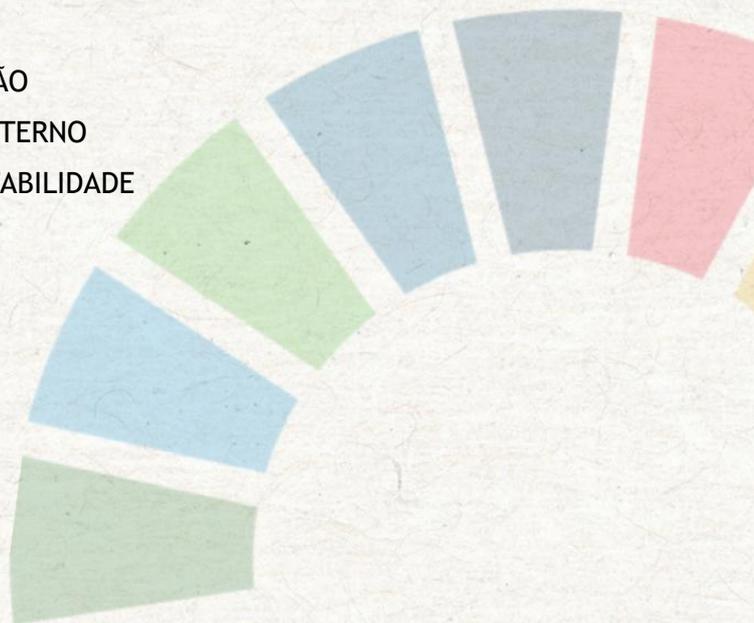
Portanto, com enfoque no fortalecimento da responsabilidade socioambiental desta Corte de Contas, ciente do seu papel de órgão de controle externo da administração pública Brasileira, e principalmente com objetivo de atuar pela orientação e fomentar pelo exemplo. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte cumpre mais essa etapa de contribuição ao desenvolvimento sustentável no estado.

Antonio Gilberto de Oliveira Jales
Conselheiro



LISTA DE SIGLAS

ALMOX	SETOR DE ALMOXARIFADO
BIBLIOTECA	BIBLIOTECA MINISTRO TAVARES DE LYRA
CCON	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
CCS	COORDENADORIA DE COMPRAS E SUPRIMENTOS
CI	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CIEDC	COMITÊ TÉCNICO DE EQUIDADE, DIVERSIDADE E CIDADANIA
CIN	COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA
CL	COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
COFIN	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
CONJU	CONSULTORIA JURÍDICA
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
CONTROL	CONTROLADORIA INTERNA
COPAG	COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO
DCOM	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DE	DIRETORIA DE EXPEDIENTE
DGP	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIA	DIRETORIA DE CONTROLE DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
DPG	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E GOVERNANÇA
DRF	DIRETORIA DE RECURSOS E FINANÇAS
DTI	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ESCOLA	ESCOLA DE CONTAS
NICE	NÚCLEO DE INOVAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO
NMNT	NÚCLEO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO
NPATRI	NÚCLEO DE PATRIMÔNIO
NRPI	NÚCLEO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS
NSAÚDE	NÚCLEO DE SAÚDE E BEM-ESTAR
PR	PRESIDÊNCIA
SEAD	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECEX	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
SUSTENTAB	COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE



Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	9
2.1. ETAPAS	9
3. LEGISLAÇÃO	11
4. OBJETIVOS	12
5. PLANOS DE AÇÃO, INDICADORES E METAS.....	13
TEMA 1 – USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS.....	14
TEMA 1.1 – CONSUMO RESPONSÁVEL DE PAPEL.....	14
TEMA 1.2 - CONSUMO RESPONSÁVEL DE DESCARTÁVEIS.....	16
TEMA 1.3 – IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS.....	18
TEMA 2 – USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA.....	19
TEMA 3 – USO RACIONAL DA ÁGUA E GESTÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	21
TEMA 4 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO.....	23
TEMA 5 – EQUIDADE, DIVERSIDADE E CIDADANIA.....	25
TEMA 6 – CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE.....	27
TEMA 7 – OBRAS CIVIS DE CONSTRUÇÃO E REFORMAS PREDIAIS.....	30
TEMA 8 – GESTÃO DE FROTA VEICULAR	32
TEMA 9 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINA, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS.....	33
TEMA 10 – AUDITORIA AMBIENTAL	35
TEMA 11 – TRANSPARÊNCIA DO TCE-RN.....	37
TEMA 12 – GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	39
TEMA 13 – GESTÃO DA OBSOLESCÊNCIA PATRIMONIAL	41
6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	45



1. INTRODUÇÃO

O Plano de Logística Sustentável - PLS é uma ferramenta de planejamento que possibilita estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos, caracterizando uma agenda estruturante para uma atuação ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa.

A responsabilidade socioambiental é matéria fundamental para a consolidação de critérios comportamentais, moldados na adoção de novos padrões de consumo e produção. Com efeito, a importância das discussões sobre esse tema encontra-se no âmago da contemporaneidade.

O tema Responsabilidade Socioambiental foi regulamentado nesta Corte de Contas pela Resolução nº 014/2017-TCE/RN que instituiu o Programa de Gestão Ambiental e de Responsabilidade Social.

Esta é a segunda edição do PLS deste Tribunal, a vigor no período 2024-2028. O presente Plano foi elaborado pelo Núcleo de Sustentabilidade com apoio da Comissão Gestora do PLS, sendo um instrumento de gestão que define ações, metas e mecanismos de monitoramento, visando ampliar e fortalecer as práticas de sustentabilidade já presentes na atuação do Tribunal que objetivam a eficiência e transparência do gasto e a redução dos impactos ambientais.

Foram realizadas alterações, pois trata-se de um processo dinâmico que necessita de adequações periódicas, melhorias constantes e comprometimento de todos que fazem parte desta instituição.

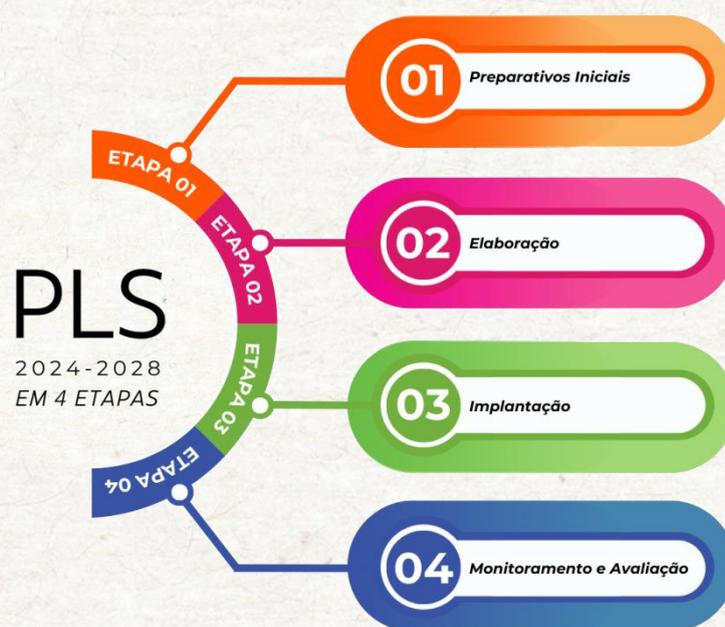
O PLS demonstra, ainda, o compromisso inequívoco do TCE/RN em contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, harmonizando, desse modo metas e ações congruentes ao estipulado na Agenda 2030.

O compromisso firmado por 193 países por meio da Agenda 2030 representou uma continuidade da Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e estabeleceu mecanismos de ampliação da cooperação internacional, como parcerias na mobilização de recursos e a sinergia entre governos, setor privado, sociedade civil e ONU.

2. METODOLOGIA

A Plano de Logística Sustentável do TCE/RN, ciclo 2024-2028, foi concebido com base no “Manual para Elaboração e Implementação dos Planos de Logística Sustentável dos Tribunais de Contas - MEIPLS”.

2.1. ETAPAS



Preparativos Iniciais (Etapa 01): Instituímos uma nova Comissão do Plano de Logística Sustentável (PLS), por meio da Portaria nº 123/2025, DOE nº 3763/2025, de 29 de abril de 2025, composta por representantes de diferentes setores do TCE/RN, a fim de facilitar a coleta de dados e de envolver, de maneira sistêmica, as áreas que podem contribuir de forma efetiva e que serão mais impactadas pelo plano. Após realizadas reuniões com a Comissão Gestora e para organização geral dos trabalhos seguimos para realização de pesquisas e ações de Desenvolvimento promovendo a troca de experiências com outros órgãos e de conhecer as melhores práticas e metodologias de elaboração de PLS.

Elaboração (Etapa 02): As propostas apresentadas pelas unidades técnicas do tribunal foram debatidas e aprovadas de forma preliminar em reuniões da Comissão de Logística Sustentável (CLS) e em seguida encaminhadas para avaliação e aprovação desta Corte de Contas.

Implantação (Etapa 03): Após a aprovação e a publicação do PLS 2024-2028, será iniciada a etapa de implementação do instrumento, na qual a Comissão de Logística Sustentável acompanhará e auxiliará as unidades gestoras dos indicadores durante execução dos planos de ação e a consolidação dos dados dos indicadores, possibilitando a publicidade das medidas adotadas e o adequado monitoramento.

Monitoramento e avaliação (Etapa 04): Monitoramento e avaliação das ações implementadas com identificação das falhas e promoção das correções necessárias. Compete à Comissão Gestora do PLS do TCE-RN elaborar o PLS, monitorar o seu cumprimento, deliberar sobre os indicadores e metas, avaliar e aprovar os relatórios de desempenho elaborados pela unidade de sustentabilidade e sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas e realização das ações propostas no PLS, além de propor a revisão do plano, sempre que houver necessidade. Após aprovação pela Presidência do Tribunal, o PLS deve ser publicado no site eletrônico do TCE-RN para conhecimento do seu conteúdo por toda a sociedade. Anualmente, deverá ser elaborado relatório de desempenho do PLS. Este relatório conterá a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos ao longo do período, assim como a relação de iniciativas a serem desenvolvidas e/ou modificadas para o ano seguinte.



3. LEGISLAÇÃO

Constituição Federal 1988	O art. 170 da CF trata da ordem econômica tendo por fim assegurar a existência digna, observada, entre outros o princípio defesa do meio ambiente. O art. 225 da CF trata da questão ambiental. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
Lei nº 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
Lei nº 14.133/2021, art. 5º	Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).
Lei nº 9.605/1998	Lei dos crimes ambientais.
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a Educação ambiental. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Lei nº 12.187/2009	Institui a Política Nacional de Mudança de Clima (PNMC).
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Lei nº 12.462/2010	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.
Lei nº 13.186/2015	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Resolução nº 14/2017	Institui o Programa de Gestão Ambiental e de Responsabilidade Social no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.
Resolução nº 011/2018	Diretrizes para a elaboração do PLS no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.
Agenda 2030 ONU	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos para o período 2015 a 2030.
Portaria MMA nº 326/20	Institui o Programa A3P e estabelece suas diretrizes.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Promover práticas sustentáveis de gestão, a partir do uso racional de recursos, da proteção do meio ambiente, da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável das ações institucionais.

Objetivos Específicos

- Aperfeiçoar o uso dos recursos naturais e financeiros, por meio da adequação entre os meios administrativos e os fins organizacionais;
- Sensibilizar e promover a capacitação do quadro de pessoal (servidores efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários) acerca da importância do consumo consciente, da redução de custos, do combate aos desperdícios e da eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho;
- Mitigar o impacto ambiental decorrente das atividades do TCE/RN;
- Aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos;
- Estabelecer parcerias, visando à reciclagem de resíduos ou à destinação ambientalmente correta;
- Promover ações socioambientais junto ao público interno e externo, garantindo a atuação democrática do TCE/RN em ações de sustentabilidade.



5. PLANOS DE AÇÃO, INDICADORES E METAS

A seguir são apresentados os planos de ação, bem como os ODS relacionados; indicadores e suas respectivas metas. Esses planos foram organizados por eixos temáticos, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações contidas em cada tema.



TEMA 1 - USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

TEMA 1.1 - CONSUMO RESPONSÁVEL DE PAPEL

Objetivo: Reduzir e racionalizar o consumo de papel na Instituição.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Mede a quantidade de resmas de papel A4 (branco ou reciclável) utilizados por ano
Medição	Quantidade de resmas de papel/ano
Aferição	Mensal e anual
INDICADOR B:	
Descrição	Mede o gasto com aquisição de papel A4 (branco ou reciclável) por ano
Medição	R\$/ano
Aferição	Mensal e anual

	AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente.	A, B	SUSTENTAB/ ESCOLA	Realizar, pelo menos, uma campanha por ano.	Ação Contínua
2	Configurar as impressoras para padrão de impressão frente e verso.	A, B	DTI	Redução de 20% ao ano.	Ação Contínua
3	Reaproveitar papel de impressão para o processo de reciclagem e uso interno do Órgão (confeccionar blocos de anotação com papel usado só de um lado).	A, B	SUSTENTAB	Reaproveitamento de 100% das impressões.	Ação Contínua

4	Incentivar o uso majoritário do sistema de protocolo eletrônico pelos jurisdicionados.	A, B	DE	Aumento do protocolo eletrônico em 80% das demandas.	Ação Contínua
5	Emitir relatório do Sistema do Almoxarifado.	A, B	DRF	Monitorar consumo das áreas.	Ação Contínua



TEMA 1.2 - CONSUMO RESPONSÁVEL DE DESCARTÁVEIS

Objetivo: Orientar a Instituição para mudanças no comportamento e na cultura do consumo.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Mede o consumo de descartáveis (copos, garraões de água, papel toalha) por ano
Medição	Quantidade de pacotes de itens descartáveis por ano/consumo do ano anterior
Aferição	Mensal e anual
INDICADOR B:	
Descrição	Mede o gasto com a aquisição de itens descartáveis (copos, garraões de água, papel toalha) por ano
Medição	Valor total gasto com a compra de itens descartáveis por ano/consumo do ano anterior
Aferição	Semestral
INDICADOR C:	
Descrição	Apura o número de campanhas de sensibilização e consumo consciente
Medição	Nº de campanhas realizadas no ano
Aferição	Anual
INDICADOR D:	
Descrição	Apura o número de filtros purificadores de água instalados
Medição	Nº de filtros purificadores instalados no ano
Aferição	Anual

AÇÃO		INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente.	C	SUSTENTAB/ ESCOLA	Realizar, pelo menos, uma campanha por ano.	Ação Contínua

2	Instalar filtros purificadores de água nos andares e no novo anexo.	D	CI/CCS	Eliminar uso de garrações e extinguir o contrato de fornecimento de água mineral, ação com previsão para 2026/2027.	Execução Futura
3	Mapear locais na instituição com maior consumo de copos e utensílios descartáveis.	A	ALMOX	Rastrear os locais com maior consumo de descartáveis a fim de promover a conscientização institucional e a redução desses insumos.	Ação Contínua
4	Aquisição de descartáveis exclusivamente com material reciclável/biodegradável.	B	CCS/CL	Adquirir descartáveis apenas com materiais menos poluentes.	Ação Contínua



TEMA 1.3 - IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Objetivo: Orientar a Instituição para mudanças no comportamento e na cultura do consumo.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Gasto anual com a aquisição de suprimento de materiais de impressão
Medição	Quantidade de suprimentos utilizados/ano
Aferição	Mensal

AÇÃO		INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Incentivar a utilização de fontes ecológicas como padrão.	A	DTI	Reduzir em 20% o gasto com suprimentos até 2028.	Ação Contínua
2	Efetivar política de Ilhas de Impressão, compartilhamento dos equipamentos e a redução no consumo de papel.	A	DTI	Implantar a política de Ilhas de Impressão e compartilhamento de equipamentos em 100% dos setores da organização	Execução Futura

TEMA 2 - USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Promover a eficiência do consumo de energia elétrica.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Consumo total de energia elétrica Fora da Ponta por ano
Medição	kWh/ano
Aferição	Anual
INDICADOR B:	
Descrição	Consumo total de energia elétrica na Ponta (18h às 21h) por ano
Medição	kWh/ano
Aferição	Anual
INDICADOR C:	
Descrição	Razão entre o consumo fora da ponta e na ponta (avaliar quanto de energia com tarifa mais cara está impactado na fatura)
Medição	%
Aferição	Anual
INDICADOR D:	
Descrição	Despesa total com energia elétrica por ano
Medição	Valor total da fatura de energia elétrica/ano
Aferição	Mensal e anual
INDICADOR E:	
Descrição	Consumo de energia elétrica de fonte renovável
Medição	KWh renovável/ano
Aferição	Anual

AÇÃO		INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Manter as campanhas de sensibilização para redução no consumo de energia elétrica.	D	SUSTENTAB/ ESCOLA	Realizar, pelo menos, uma campanha por ano.	Ação Contínua
2	Realizar um estudo de viabilidade para a implementação de energia limpa no TCE/RN.	A, B, C, D, E	CI	Redução da conta de energia utilizando energias renováveis. Previsão para 2026.	Execução Futura
3	Adquirir equipamentos eletroeletrônicos com base em critérios de sustentabilidade.	A, B, C, D, E	CI	Redução da conta de energia e conseqüente economia dos recursos públicos.	Ação Contínua
4	Manutenção preventiva no sistema de ar condicionado.	A, B, C, D, E	CI	Redução na conta de energia e conseqüente economia dos recursos públicos.	Ação Contínua
5	Uso de lâmpadas de Led em todos os espaços.	A, B, C, D, E	CI	Redução na conta de energia e conseqüente economia dos recursos públicos.	Ação Contínua
6	Propor o desligamento automático dos computadores ao final do expediente.	A, B, C, D, E	DIT	Redução na conta de energia e conseqüente economia dos recursos públicos.	Ação Contínua

TEMA 3 - USO RACIONAL DA ÁGUA E GESTÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Objetivo: Melhorar eficiência do consumo de água e esgoto nas instalações do TCE/RN.



INDICADORES					
INDICADOR A:					
Descrição	Despesa com fornecimento de água e serviço de coleta de esgoto por ano				
Medição	Valor da fatura de água e esgoto/ano				
Aferição	Mensal e anual				
INDICADOR B:					
Descrição	Despesa com fornecimento de água e serviço de esgoto por área total construída				
Medição	Valor da fatura de água/m ² *ano				
Aferição	Anual				
INDICADOR C:					
Descrição	Consumo total com fornecimento de água por ano				
Medição	m ³ de água/ano				
Aferição	Anual				
INDICADOR D:					
Descrição	Volume produzido de água apta a reuso a partir do tratamento simplificado de água captada da chuva e ares-condicionados no ano				
Medição	m ³ de água produzida/ano				
Aferição	Anual				
AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO	
1	Manter campanhas de sensibilização para o uso racional da água.	C	SUSTENTAB/ ESCOLA	Redução na conta de água e economia dos recursos públicos.	Ação Contínua

2	Implementar sistema de monitoramento de consumo e vistorias preventivas periódicas das instalações hidráulicas a fim de identificar vazamento nas instalações hidráulicas.	A, B, C	CI	Redução na conta de água e economia dos recursos públicos.	Ação Contínua
3	Avaliar a implantação do reaproveitamento de água da chuva e dos ares condicionados do edifício do TCE/RN.	D	CI	Redução na conta de água e economia dos recursos públicos.	Execução Futura
4	Instalar bacias sanitárias com descargas de duplo acionamento.	A, B, C	CI	Redução na conta de água e economia dos recursos públicos.	Ação Contínua
5	Instalar torneiras com sensor de presença nos banheiros.	A, B, C	CI	Redução na conta de água e economia dos recursos públicos.	Execução Futura



TEMA 4 - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes nas ações de qualidade de vida.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Número de participantes em ações de integração social da instituição e/ou na comunidade
Medição	Número de participantes nos eventos sociais/ano
Aferição	Anual
INDICADOR B:	
Descrição	Número de servidores participantes em programas de Qualidade de Vida no Trabalho/QVT por ano
Medição	Número de servidores participantes em programas de QVT/ano
Aferição	Anual
INDICADOR C:	
Descrição	Número de servidores afastados por doenças decorrentes do trabalho
Medição	Número de afastamentos por motivo de doença/ano
Aferição	Anual

AÇÃO		INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Programa Saúde Na Conta Certa.	C	DGP/ NSAÚDE	Usar cores diferentes em todos os meses de ano para dividir o foco das campanhas.	Ação contínua
2	Projeto "TCE na medida certa".	C	DGP/ NSAÚDE	Promover o bem-estar físico e mental.	Ação Contínua
3	Criação da Blitz da Saúde.	B, C	DGP/ NSAÚDE	Otimizar, de forma sustentável, ambientes de	Em andamento

				trabalho mais produtivos e agradáveis.	
4	Realizar Campanhas de Saúde.	C	DGP/ NSAÚDE	Adesão de 100% dos servidores e membros desta Corte até 2028.	Em andamento
5	Implantação de grupos de apoio ao servidor no ambiente de trabalho.	B	DGP/ NSAÚDE	Ajudar as pessoas a criar vínculos, a estar mais alinhadas, ter mais empatia umas com as outras, melhorando a comunicação e o clima organizacional.	Ação Contínua
6	Implantar serviço de orientação psicossocial ao gestor.	B	DGP	Participação nas Olimpíadas dos Tribunais de Contas.	Ação contínua
7	Implantar atendimentos psicossociais para todos os servidores.	A	DGP	Melhorar o lado cognitivo, diminuir o estresse e ampliar o convívio dos servidores.	Ação Contínua
8	Realizar exames de periódicos.	C	SEAD/ SUSTENTAB	Promover qualidade de vida com proteção ao meio ambiente.	Ação contínua
9	Criar Política de Saúde Mental e Prevenção ao Suicídio.	C	SUSTENTAB	Realizar, pelo menos, uma campanha anual	Ação contínua
10	Firmar convênios para criação de Club de descontos para servidores.	B	DGP	Promover qualidade de vida ao servidor	Ação contínua
11	Manter e ampliar a Feira de Orgânicos.	A, B	SEAD/ SUSTENTAB	Promover qualidade de vida com proteção ao meio ambiente	Ação contínua.
12	Promover a participação em campanhas solidária.	B	SUSTENTAB	Realizar, pelo menos, uma campanha anual	Ação contínua

TEMA 5 - EQUIDADE, DIVERSIDADE E CIDADANIA

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes nas ações de equidade, diversidade e cidadania.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Mede a quantidade de ações ofertadas na temática equidade, diversidade e cidadania
Medição	Quantidade de ações realizadas na na temática equidade, diversidade e cidadania
Aferição	Anual
INDICADOR B:	
Descrição	Implementação do Programa de Equidade, Diversidade e Cidadania no TCE/RN
Medição	Percentual de execução das etapas previstas para a criação do Comitê Técnico e a elaboração da minuta da Política de Equidade, Diversidade e Cidadania.
Aferição	(Etapas concluídas/ Etapas planejadas) x 100
INDICADOR C:	
Descrição	Mede a inclusão de grupos minoritários nas vagas estabelecidas por cotas em processos seletivos
Medição	Percentual=(Vagas cotistas preenchidas/ Vagas totais preenchidas)×100
Aferição	Anual
INDICADOR D:	
Descrição	Mede a realização do Censo das Pessoas com Deficiência no TCE/RN para identificar e registrar as necessidades de acessibilidade e inclusão no ambiente institucional.
Medição	Coleta de dados sobre pessoas com deficiência no TCE/RN, considerando tipos de deficiência e demandas de acessibilidade, por meio de questionários ou entrevistas.
Aferição	Anual

AÇÃO		INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Implementar o Programa de Equidade, Diversidade e Cidadania.	B	PR	Implantação do Programa de Equidade, Diversidade e Cidadania.	Concluído
2	Instituir Comitê Técnico de Equidade, Diversidade e Cidadania no âmbito do Tribunal de Contas.	B	PR	Criação do Comitê Técnico de equidade, Diversidade e cidadania.	Concluído
3	Elaborar o Plano de Ação do Comitê de Equidade, Diversidade e Cidadania para o Biênio 2025-2026.	B	PR	Elaboração do Plano de Ação do Comitê de Equidade, Diversidade e Cidadania para o Biênio 2025-2026.	Concluído
4	Produzir cartilhas de orientação com a finalidade de prevenir e combater práticas sexistas, racistas, capacitistas e etaristas.	B	PR	Desenvolver e distribuir, até o final do próximo semestre, cartilhas de orientação sobre a prevenção e combate a práticas sexistas, racistas, capacitistas e etaristas para todos os colaboradores da organização.	Ação Futura
5	Criar a Política de Prevenção ao assédio moral e sexual.	B	DGP	Entrega da Minuta da Política.	Em execução
6	Realizar Censo das Pessoas com Deficiência no âmbito do TCE/RN.	C	DGP	Realização da Pesquisa Censo das Pessoas com Deficiência.	Ação Futura

TEMA 6 - CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Capacitar, sensibilizar e estimular a adesão de práticas sustentáveis pelos servidores e colaboradores.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Inserção de mensagens, cartazes ou falas introdutórias que promovam a conscientização sobre sustentabilidade nos cursos presenciais
Medição	Nº de eventos com ao menos uma ação comunicacional voltada para sustentabilidade
Aferição	Semestral
INDICADOR B:	
Descrição	Número de horas de capacitação em sustentabilidade por ano
Medição	Horas de capacitação/ano
Aferição	Semestral
INDICADOR C:	
Descrição	Número de participantes das ações de ambientação para servidores/ estagiários (AVA)
Medição	Nº de participantes por evento de ambientação/ano
Aferição	Anual
INDICADOR D:	
Descrição	Número de pesquisa de satisfação realizada no formato on-line
Medição	Nº de pesquisa de satisfação realizados/ano
Aferição	Semestral
INDICADOR E:	
Descrição	Número de material didático disponibilizado eletronicamente
Medição	Nº de material didático disponibilizado/ano
Aferição	Semestral
INDICADOR F:	
Descrição	Número de servidores nas visitas guiadas para integração com a biblioteca

Medição	Nº de pesquisa de satisfação realizados/ano
Aferição	Semestral
INDICADOR G:	
Descrição	Percentual de cursos presenciais que utilizam material exclusivamente digital (evitando impressão de pastas)
Medição	Numero de cursos que não tiveram entregas de pastas
Aferição	Semestral

AÇÃO		INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Utilizar os meios digitais para disponibilizar os materiais nas ações educacionais promovidas pela Escola de Contas.	D, E, G	ESCOLA	Eliminar as impressões nas ações educacionais promovidas pela Escola de Contas do TCE/RN.	Ação contínua
2	Realizar campanhas nos eventos para promoção da sustentabilidade.	A,B	ESCOLA	Inclusão de 100% das ações de sensibilização e capacitação para sustentabilidade no PAC.	Ação contínua
3	Instituir nas atividades de ambientação dos servidores/ estagiários, as práticas e ações sustentáveis, atendendo ao parágrafo único do art. 11 da resolução nº. 11/2018 – TCE/RN.	C	ESCOLA/ DGP	Participação de 100% dos novos servidores do TCE/RN.	Ação contínua
4	Realizar visita guiada por setores à Biblioteca Ministro Tavares de Lyra.	F	DGP/ ESCOLA/ BIBLIOTECA	Apresentar o novo espaço da biblioteca, bem como, sensibilizar os servidores quanto ao uso dos serviços disponibilizados. Agendamento será feito por setores. Inserir, ações de comunicação com foco em sustentabilidade em 100% dos cursos presenciais realizados pela Escola de Contas.	Ação contínua
5	Criar modelos de abertura com mensagem-padrão sobre sustentabilidade a ser lida/apresentada nos cursos	A	ESCOLA		Ação contínua

6	'Versos que Contam Nossa História', divulgação da Cordelteca.	F	DGP/ ESCOLA/ BIBLIOTECA	Sensibilizar servidores e comunidade sobre a relevância da preservação do patrimônio cultural, utilizando a tradição dos cordéis como meio de disseminar conhecimento de forma acessível e envolvente.	Ação futura
---	---	---	-------------------------------	--	-------------



TEMA 7 - OBRAS CIVIS DE CONSTRUÇÃO E REFORMAS

PREDIAIS

Objetivo: Economizar recursos do TCE-RN.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Despesa total com obras civis de construção e/ou reforma promovidas pela instituição por ano
Medição	Valor gasto com reformas nas unidades no ano vigente/valor gasto com reformas no ano anterior
Aferição	Anual
INDICADOR B:	
Descrição	Adotar manutenção preventiva, a fim de diminuir os altos custos com manutenção corretiva
Medição	Número de ações preventivas/ano
Aferição	Anual
INDICADOR C:	
Descrição	Despesa total com manutenção predial no mês/ano
Medição	Valor com manutenção/ano
Aferição	Mensal

AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO	
1	Construir vestiário com ducha.	A, B	CI	Estimular o uso da bicicleta como meio de transporte, previsão para 2024/2025.	Execução Futura
2	Observar os critérios de acessibilidade nas reformas e construções.	A	CI	Obedecer às normas legais vigentes.	Ação Contínua

4	Criar comissão para aprovação de mudanças físicas e estruturais no prédio.	C	CI/ COFIN/ CCON/ ESCOLA/ NICE/ SUSTENTAB	Evitar mudanças, gastos desnecessários e conseqüente economia dos recursos públicos.	Execução Futura
---	--	---	--	--	-----------------



TEMA 8 - GESTÃO DE FROTA VEICULAR

Objetivo: Promover a racionalização no uso do transporte.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Quantidade de veículos utilizados no transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais/total de servidores
Medição	Quantidade de veículos utilizados/total de servidores
Aferição	Anual
INDICADOR B:	
Descrição	Quantidade de veículos utilizados no transporte de Conselheiros
Medição	Quantidade de veículos utilizados/total de conselheiros
Aferição	Anual
INDICADOR C:	
Descrição	Despesa total de contratos de manutenção/quantidade de veículos
Medição	Valor com despesa de manutenção de veículos/ano
Aferição	Anual

AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1 Adquirir carros híbridos.	A, B, C	CIN	Redução de emissão de gases poluentes na atmosfera.	Execução Futura
2 Instalar tomadas para carregar veículos elétricos.	A	CIN	Redução de emissão de gases poluentes na atmosfera.	Execução Futura
3 Usar álcool nos carros flex que já existe na frota.	A, B, C	CIN	Redução de emissão de gases poluentes na atmosfera.	Execução Futura

TEMA 9 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINA, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS

Objetivo: Adquirir bens de mobiliário em geral com características sustentáveis, e promover o consumo consciente de materiais de modo a reduzir os impactos ambientais causados pela aquisição desses materiais.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Afere a quantidade de bens adquiridos com critérios sustentáveis
Medição	Percentual de bens móveis adquiridos com critérios sustentáveis/número de bens adquiridos no período
Aferição	Anual
INDICADOR B:	
Descrição	Afere a quantidade de bens doados no período
Medição	Número de bens doados no período/Número de bens avaliados para doação
Aferição	Anual
INDICADOR C:	
Descrição	Número de bens descartados no período
Medição	Número de bens descartados no período/Número de bens avaliados para descarte
Aferição	Anual

	AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Adquirir bens móveis com critérios sustentáveis.	A	DRF	Aquisição de pelo menos 50% de bens com critérios sustentáveis.	Ação Contínua
2	Promover a doação de bens ociosos ou antieconômicos.	B	DRF	Doação de pelo menos 80% de todos os bens classificados como ociosos ou antieconômicos.	Execução Futura
3	Promover o descarte/desfazimento de bens inservíveis.	C	DRF	Descarte de pelo menos 80% de todos os bens classificados como inservíveis.	Ação Contínua



TEMA 10 - AUDITORIA AMBIENTAL

Objetivo: Realizar auditorias ambientais visando a preservação do meio ambiente e sustentabilidade.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Afere a realização da auditoria operacional sobre desertificação no prazo estipulado
Medição	Verificação da auditoria realizada no prazo com a emissão do relatório
Aferição	Anual
INDICADOR B:	
Descrição	Afere as ações relativas ao saneamento básico
Medição	Verificação do levantamento no prazo com emissão e relatório
Aferição	Anual
INDICADOR C:	
Descrição	Afere as ações relativas ao saneamento básico
Medição	Verificar a confecção e a divulgação da cartilha
Aferição	Anual
INDICADOR D:	
Descrição	Afere as ações relativas ao saneamento básico
Medição	Verificar o atendimento aos prazos delimitados no plano de trabalho
Aferição	Anual

AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO	
1	Realizar auditoria operacional sobre desertificação do semiárido e proteção ao bioma Caatinga.	A	DIA	Emitir relatório de dezembro de 2023 de auditoria com recomendações aos órgãos envolvidos visando a preservação ambiental.	Concluída. Relatório emitido em novembro de 2023, nos autos do processo, 2972/2022
2	Realizar levantamento sobre a situação do atendimento ao Novo Marco do Saneamento Básico.	B,C,D	DIA	Emitir relatório, até março de 2024, sobre a situação do atendimento ao Novo Marco do Saneamento Básico.	Em andamento
3	Elaborar cartilha com orientações de boas práticas sobre a gestão de resíduos sólidos dirigidas aos municípios do Estado.	B,C,D	DIA	Divulgar cartilha até dezembro de 2023.	Concluída. Cartilha divulgada em fevereiro de 2024.
4	Auxiliar na execução do acordo interinstitucional para gestão de resíduos sólidos.	A,B,C,D	DIA	Atender no que diz respeito a atuação do TCE para a execução do Plano de Trabalho defendido no acordo de cooperação técnica fundado entre as instituições participantes.	Em andamento



TEMA 11 - TRANSPARÊNCIA DO TCE-RN

Objetivo: Garantir instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis



INDICADORES

INDICADOR A:

Descrição	Levantamento Nacional de Transparência Pública.
Medição	Verificação do adequado cumprimento da transparência ativa, por meio das avaliações dos jurisdicionados feitas em questionários específicos para seus Entes.
Aferição	Anual

AÇÃO		INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	Programa Nacional da Transparência Pública - PNTP.	A	SECEX	O PNTP consiste em uma iniciativa da Atricon, do TCE - MT e do TCU, a qual o TCE/RN é signatário, com o objetivo de avaliar todos os portais da transparência dos seus jurisdicionados, dos Poderes Municipais da Administração Direta .	Foram avaliados 100% dos Entes Jurisdicionados

2	Programa Nacional da Transparência Pública - PNTP.	A	SECEX	O PNTP consiste em uma iniciativa da Atricon, do TCE - MT e do TCU, a qual o TCE/RN é signatário, com o objetivo de avaliar neste ciclo todos os portais da transparência dos seus jurisdicionados, dos Poderes e Órgãos Estaduais e Municipais da Administração Direta.	Foram avaliados 100% dos Entes Jurisdicionados
3	Programa Nacional da Transparência Pública - PNTP.	A	SECEX	O PNTP consiste em uma iniciativa da Atricon, do TCE - MT e do TCU, a qual o TCE/RN é signatário, com o objetivo de avaliar neste ciclo todos os portais da transparência dos seus jurisdicionados, dos Poderes e Órgãos Estaduais e Municipais da Administração Direta e Indireta.	Planejamento



TEMA 12 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivo: Implementar a gestão de resíduos sólidos nas atividades de controle externo, visando a reciclagem, reuso e destinação final dos resíduos.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Massa de resíduos sólidos recicláveis (papel, vidro, plástico, metal) destinados à reciclagem seletiva por ano
Medição	Kg recicláveis/ano
Aferição	Mensal
INDICADOR B:	
Descrição	Massa de pilhas e baterias destinadas à reciclagem seletiva
Medição	Kg de pilhas e baterias/ano
Aferição	Mensal
INDICADOR C:	
Descrição	Massa de matéria de informática obsoleto destinado à reciclagem seletiva
Medição	Kg de resíduo de informática/ ano
Aferição	Mensal
INDICADOR D:	
Descrição	Quantidade de parceiros especializados (associações, empresas, ONG) em reciclagem de resíduos sólidos da atividade de controle externo
Medição	Número de parceiros de reciclagem/ano
Aferição	Trimestral
INDICADOR E:	
Descrição	Cumprimento das normas de manejo correto dos resíduos sólidos.
Medição	Unidade/ano
Aferição	anual

AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1	E	SUSTENTAB	Cumprir 100% das normas PGRS.	Em andamento
2	E	SUSTENTAB	Cumprir 100% das normas PGRS.	Ação contínua
3	A	SUSTENTAB	Cumprir 100% das normas PGRS.	Ação contínua
4	C	SUSTENTAB	Incentivar o descarte ou doação de equipamentos eletrônicos em desuso ou obsoletos no Ecoponto apropriado	Ação contínua
5	D	SUSTENTAB	Manter reciclagem de resíduos sólidos.	Ação contínua
6	A, E	SUSTENTAB	Realizar campanhas semestralmente sensibilizando colaboradores acerca da importância da geração e descarte consciente do lixo.	Ação contínua
7	E	SUSTENTAB	Normatização do PGRS	Execução Futura

TEMA 13 - GESTÃO DA OBSOLESCÊNCIA PATRIMONIAL

Objetivo: Promover a recuperação e o reuso de bens obsoletos ou ociosos, agregando maior utilidade e longevidade ao ciclo de vida desses bens.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Número de móveis doados por ano
Medição	Número de móveis doados/ano
Aferição	Mensal
INDICADOR B:	
Descrição	Número de impressoras e computadores doados por ano
Medição	Número de impressoras e computadores doados/ano
Aferição	Mensal
INDICADOR C:	
Descrição	Número de móveis recuperados por ano
Medição	Número de móveis recuperados/ano
Aferição	Mensal
INDICADOR D:	
Descrição	Número de impressoras e computadores recuperados por ano
Medição	Número de impressoras e computadores recuperados/ano
Aferição	Mensal

AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1 Instituir programa interno de monitoramento e recuperação de bens obsoletos e/ou ociosos junto ao setor de gestão patrimonial, para fins de recuperação, prolongamento de vida útil e doação para instituições.	A, B, C, D	DRF	Redução de desperdícios e melhor aproveitamento dos recursos patrimoniais da organização.	Ação Contínua
2 Implementar parcerias com organizações sociais sem fins lucrativos para promover doações de bens obsoletos e/ou ociosos.	A, B, C, D	DRF	Estabelecer 02 parceiros por ano.	Ação contínua



TEMA 14 - COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

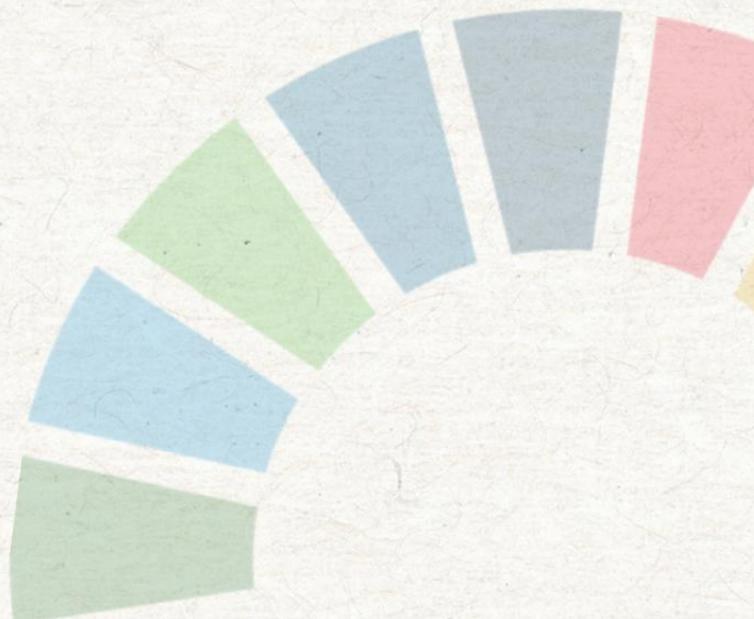
Objetivo: Aprimorar a gestão das contratações para fornecimento de bens e serviços alinhados aos critérios e práticas de sustentabilidade.



INDICADORES	
INDICADOR A:	
Descrição	Mede o percentual de contratações de bens de acordo com o critério e prática de sustentabilidade.
Medição	Quantidade do/ano
Aferição	Mensal

AÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META	SITUAÇÃO
1 Capacitar gestores e unidades demandantes de contratações sobre Compras Públicas Sustentáveis.	A	ESCOLA/DRF	No mínimo, uma capacitação por ano.	Execução Futura
2 Aderir ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CNS.	A	SEAD/DRF	Implementar práticas de contratação sustentável, em 100% dos processos licitatórios.	Execução Futura
3 Incluir critério de sustentabilidade na aquisição e/ou contratação.	A	SEAD/DRF	Incluir, até o final do próximo semestre, pelo menos um critério de sustentabilidade nas aquisições e contratações realizadas pela organização.	Execução Futura

4	Elaborar plano de trabalho de redução de itens de estoque.	A	DRF/ CCS	Reduzir o volume de itens obsoletos e de baixo giro em estoque.	Execução Futura
5	Inserir na próxima contratação de serviços terceirizados para prestação de serviços de limpeza item referente à capacitação da equipe de limpeza em atividades de gerenciamento de resíduos sólidos.	A	SEAD	Incluir a exigência de capacitação da equipe de limpeza em atividades de gerenciamento de resíduos sólidos em 100% das contratações de serviços terceirizados de limpeza.	Execução Futura



6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do TCE/RN é um instrumento de planejamento idealizado pelo Núcleo de Sustentabilidade da Corte de Contas, o qual é constituído por planos de ações alinhados em concordância com os ODS, para cumprimento das metas propostas no documento. Com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento e execução do plano, devido aos seus anos de implementação e séries de atividades propostas, serão feitas projeções para monitoramento e avaliação do PLS, como método de avaliar a efetividade dos resultados.

Inicialmente é idealizado a realização do monitoramento do conjunto de ações e indicadores semestralmente e a avaliação, anualmente, todos submetidos a análise pela Comissão Gestora do PLS.

O monitoramento será passivo de um acompanhamento semestral, como forma de complementar a análise anual, e assim garantir um aperfeiçoamento no desempenho das ações elaboradas, como também uma possível readequação caso as ações não se enquadrem no que foi pensado em primeiro plano. Já a avaliação se mostra necessária, para efeitos de acompanhamento dos temas, objetivos, indicadores, metas, prazos, recursos e responsáveis previstos nos planos de ação. Com esse processo avaliativo é possível identificar eventuais falhas, adotar medidas corretivas, racionalizar o uso de recursos, adaptar prazos, adequar metas, revisar estratégias, propor recomendações aos responsáveis e redirecionar as ações sustentáveis em processo de implementação nos Tribunais.

